

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2024, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas na Sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição a [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do BE do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, para que preste esclarecimentos sobre o navio com pavilhão português que transportou explosivos para produção de armas em Israel

Audição a [requerimento](#) dos Grupo Parlamentar do PAN do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, para que preste esclarecimentos sobre a situação de familiares portugueses retidos na Faixa de Gaza

Audição regimental do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

(Grelha única)

_____ // _____

Iniciada a sessão, dirigida pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), começou este por dar as boas-vindas ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas [tendo prestado cumprimento ao Senhor Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros (MENE), Paulo Rangel, na audição imediatamente anterior]. Deu conta da grelha de tempos. Seguidamente deu a palavra às Deputadas Marisa Matias (BE) e Inês de Sousa Real (PAN) para a apresentação dos respetivos requerimentos.

A Deputada Marisa Matias (BE) agradeceu a presença do MENE e reiterou a urgência da audição sobre o navio com pavilhão português que transportava explosivos para a produção de armas em Israel. Enfatizou que, apesar da situação ter sido resolvida em relação ao registo do navio, questões mais amplas permaneciam, como as consequências para o governo português e a necessidade de alterações no registo de navios da Madeira para evitar o uso do pavilhão em transportes de armas para estados suspeitos de crimes de guerra. Questionou também o MENE sobre a manutenção da compra de material militar a empresas israelitas, a contratação de empresas envolvidas em negócios com territórios ocupados e a possibilidade de Portugal se associar à queixa da África do Sul e reconhecer o Estado

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

Palestiniano. Sublinhou a gravidade do genocídio em Gaza e pediu ações mais firmes para evitar a cumplicidade de Portugal com crimes de guerra.

O MENE esclareceu as circunstâncias em torno do navio com pavilhão português que transportava explosivos, destacando que a Namíbia revogou a autorização após pressão pública e que o navio não se destinava a Israel, mas a outros portos. Sublinhou que, após a remoção do pavilhão português, Portugal ficou juridicamente isento de qualquer responsabilidade, uma vez que a carga não estava diretamente relacionada com crimes de guerra. Reforçou a posição de Portugal sobre a proibição da exportação de armas para Israel, mantendo a sua política externa e a procura por um cessar-fogo em Gaza. Também mencionou que, apesar das críticas, as ações do Governo foram feitas com transparência e boa-fé, e que o Governo português mantinha boas relações com a Palestina. Por fim, destacou que a responsabilidade pela mudança de pavilhão era do Ministério da Economia e não do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A Deputada Inês de Sousa Real (PAN) cumprimentou o MENE e questionou sobre os esforços do Estado português para resgatar cidadãos e familiares em Gaza, destacando a operação realizada em março anterior, que teria resgatado cerca de 140 pessoas. Perguntou o que estaria a ser feito para apoiar cidadãos que ainda estavam na região, especialmente no caso de João Tomás Bossa, e solicitou informações sobre as ações das embaixadas. Além disso, questionou sobre a recusa em reunir com a família do cidadão e sobre a não evacuação de pelo menos 14 pessoas em Gaza, comparando com as evacuações realizadas em outras regiões como o Líbano.

O MENE esclareceu que o Estado português aplica critérios rigorosos para o resgate de cidadãos, considerando apenas familiares diretos de portugueses, como ascendentes, descendentes de primeiro grau e cônjuges. No caso de João Tomás Bossa, o pedido de resgatar 140 familiares palestinianos da esposa, cidadã luxemburguesa, não foi possível, pois não detinha ligação a Portugal. O MENE reforçou que o Estado português não pode assumir responsabilidades que competiam a outros, como o Estado luxemburguês, e que operações de resgate exigiam critérios claros e colaboração com Israel e Egito. Além disso, destacou que não pode haver uma lista interminável de pessoas a resgatar, pois isso comprometeria a eficácia e a segurança das operações, que devem respeitar normas internacionais.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

O Deputado Paulo Pisco (PS) sublinhou a importância do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que visava esclarecer a posição do Governo português em relação ao comércio de armas e à guerra em Gaza. Destacou a necessidade de impedir que navios com pavilhão português transportassem armas ou componentes utilizados no conflito, em conformidade com o direito internacional e o tratado sobre o comércio de armas. Mencionou o caso do navio “Kathrin”, que gerou hesitações por parte do Governo, e a suspeita sobre outro navio que atracou em Lisboa, levantando preocupações sobre material destinado a Gaza. Questionou sobre as orientações do Governo em relação a navios com pavilhão português ou que pretendam atracar em portos portugueses nessas condições. O Deputado João Paulo Rebelo (PS) abordou duas questões relacionadas com o requerimento do Grupo Parlamentar do PAN sobre o resgate de familiares de cidadãos portugueses na faixa de Gaza. Primeiro, referiu que a sogra de João Tomás Bossa foi transportada para Portugal no ano anterior, questionando se o mesmo critério poderia ser aplicado ao sogro, que se encontra com salvo-conduto. Em seguida, mencionou a esposa de João Tomás Bossa, que tem nacionalidade palestiniana e luxemburguesa, e perguntou se ela poderia abdicar da nacionalidade luxemburguesa para ser considerada cidadã portuguesa, permitindo assim o resgate dos seus familiares. Reconheceu as dificuldades e sensibilidades envolvidas, mas destacou o drama humano, mencionando que João Tomás Bossa referiu cerca de 140 familiares, incluindo 20 com ligações a Portugal.

O MENE afirmou que a segunda questão já havia sido completamente respondida e que não havia mais a acrescentar. Enfatizou a empatia pela situação, mas reforçou que não se cumpriam os critérios para o resgate de familiares. Relatou que o sogro do cidadão João Tomás Bossa não pôde ser transportado para Portugal por razões alheias ao Governo, e questionou a responsabilidade do Governo anterior em não ter agido nessa situação. Referiu-se ainda ao caso do navio “Kathrin” que, após parar em vários portos, chegou a Lisboa sem suspeitas de transportar material de guerra. Apontou que o único porto que recusou o navio foi o de Algeciras, enquanto outros como Barcelona e Valência o receberam sem objeções. Finalizou questionando a razão pela qual o navio não poderia ser aceite em Lisboa, dado que outros portos o haviam autorizado.

O Deputado Bruno Ventura (PSD) elogiou o sentido de Estado do MENE, destacando que a decisão sobre o navio alemão com pavilhão português foi tomada com base em informações claras sobre o destino do navio. Reforçou que o navio transportava material explosivo e que

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

a decisão política não foi leviana, dado o envolvimento de países da União Europeia e da NATO no destino final. Criticou a abordagem dos Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista, acusando-os de ter uma visão simplista do conflito no Médio Oriente, chamando atenção para o uso imprudente do termo "genocídio". Finalizou defendendo que não há qualquer quadro sancionatório da União Europeia ou da ONU que limite o transporte de armas para Israel e criticando a visão polarizada da política externa.

O MENE esclareceu que as informações sobre o navio foram fornecidas pelo armador e que, após novas questões, mais dados foram enviados, incluindo o destino final da carga, que seria descarregada nos portos do Adriático. A informação sobre as empresas envolvidas, posteriormente identificadas como fabricantes de armamento, foi obtida posteriormente. Refletiu sobre a responsabilidade jurídica do Estado português, afirmando que, mesmo sem retirar o pavilhão do navio, não haveria cumplicidade em crimes. Enfatizou a complexidade jurídica das questões e distinguiu a questão do genocídio das violações das leis humanitárias, destacando a necessidade de provas jurídicas rigorosas.

O Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) expressou preocupação com o afastamento da tradição diplomática de Portugal em relação ao conflito israelo-árabe, que sempre foi pautada pelo equilíbrio e pela prudência. Destacou a importância histórica do apoio logístico de Portugal a Israel durante a guerra de Yom Kippur em 1973 e a relação amigável com a Autoridade Palestiniana. Criticou a decisão do Governo atual em adotar uma política de parcialidade e ativismo, com ênfase no embargo ao fornecimento de armamentos a Israel. Afirmou que esta abordagem prejudica as relações com Israel, sem fortalecer as ligações com os países árabes. Mencionou o erro de avaliação do MENE, que apostou na pressão global sobre Israel e na vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais dos Estados Unidos da América, o que isolará Portugal no novo contexto internacional. Concluiu questionando se o Governo está ciente dos acontecimentos internacionais recentes e se reconsiderará o embargo.

O MENE afirmou que a contradição entre as críticas dos Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda e do Chega é um sinal de que o Governo está no caminho certo. Sublinhou que Portugal defende a solução de dois Estados e está contra as decisões do Governo de Israel quando estas contrariam o direito humanitário. Reforçou que Portugal não está contra Israel, mas contra decisões específicas deste Governo. Destacou a importância de não ignorar o

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

sofrimento humano em Gaza, criticando a falta de compaixão por parte do Grupo Parlamentar do Chega. Defendeu a linha política do Governo, que inclui um embargo às armas, mas reafirmou o apoio a Israel no seu direito à defesa legítima e a condenação dos ataques do Irão. Garantiu que a posição do Governo não é condescendente com organizações terroristas como o Hamas ou o Hezbollah.

O Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD) assumiu a presidência da mesa.

O Deputado Rodrigo Saraiva (IL) destacou a complexidade das situações geopolíticas. Sublinhou que, independentemente de ser um navio com bandeira portuguesa ou registado no Registo Internacional da Madeira, é essencial a coordenação com outros Ministérios e instituições de segurança, algo que o MENE já havia mencionado. Questionou como se poderia melhorar essa coordenação para garantir que Portugal cumpra as suas responsabilidades internacionais de forma irrepreensível. Relativamente ao requerimento do Grupo Parlamentar do PAN, solicitou mais informações sobre o número de portugueses ou seus familiares em Gaza e questionou se já tinham existido pedidos de auxílio para portugueses na Síria, tendo em conta a situação no país.

O MENE agradeceu as perguntas e explicou a coordenação com vários ministérios, nomeadamente o Ministério da Economia, Infraestruturas, Justiça e Defesa, relativamente aos casos dos navios, para garantir que todas as interações estavam alinhadas com a política externa de Portugal. Relativamente à situação em Gaza, informou que não havia mais portugueses ou familiares elegíveis para assistência, embora reconhecesse que a situação poderia ser dinâmica. Quanto à Síria, mencionou que existia uma religiosa e um funcionário da ONU, sendo que o funcionário já não estava no território sírio. O MENE garantiu que o Governo estava a monitorizar estas situações e mantendo-se atento a possíveis desenvolvimentos, apesar de, até ao momento, não existirem novas informações além das mencionadas.

A Deputada Marisa Matias (BE) reconheceu a decisão histórica do Governo em suspender a venda de armas a Israel, mas sublinhou que a situação no terreno se tinha agravado desde então, com números alarmantes: mais de 40 mil mortos, incluindo 220 funcionários humanitários e jornalistas, bem como 1,9 milhões de deslocados numa área equivalente ao

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

concelho de Tomar, metade dela destruída. Referiu a decisão do Tribunal Internacional de Justiça, que tinha ordenado medidas humanitárias que Israel não tinha cumprido, agravando a crise. Criticou a complacência internacional e defendeu o respeito pelo direito internacional, destacando o simbolismo de reconhecer o Estado da Palestina. Questionou o Governo sobre o momento adequado para uma ação mais firme e condenatória.

O MENE reiterou que o Governo mantém a sua posição atual, considerando-a a mais justa e alinhada com o interesse nacional e a missão de Portugal como mediador em conflitos. Sublinhou a abertura para repensar a estratégia sempre que exortado, mas não identificou razões para alteração no momento presente. Destacou os esforços portugueses no Conselho de Negócios Estrangeiros, como a promoção de reuniões com a Autoridade Palestiniana e Israel, para avaliar relações à luz do conflito. Terminou valorizando o debate político como essencial e legítimo.

A Deputada Paula Santos (PCP) abordou a situação dos familiares de cidadãos portugueses em Gaza, destacando o caso de João Tomás Bossa e os seus familiares, e questionou por que razão nem todos tinham sido resgatados, sublinhando a necessidade de uma abordagem humanitária para salvar vidas. Referiu que o Tribunal Internacional de Justiça identificara possíveis crimes de genocídio por Israel, com ordens de cumprimento obrigatório, apelando para que Portugal não fosse cúmplice. Apontou números que identificou como alarmantes: 45 mil mortos, 100 mil feridos e 1,9 milhões de deslocados em Gaza. Questionou os resultados concretos do diálogo europeu promovido pelo Governo e apelou ao reconhecimento do Estado da Palestina. Por fim, criticou a falta de diligência do Governo para suspender o acordo UE-Israel, considerando o evidente desrespeito pelos direitos humanos.

O MENE explicou que o Governo segue padrões internacionais para resgatar cidadãos portugueses ou seus familiares elegíveis, alertando que desviar-se dessas regras poderia prejudicar futuras operações. Sublinhou que, apesar do caráter humanitário da situação, a sua prioridade como Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros é a proteção dos interesses nacionais. Sobre Gaza, admitiu a gravidade da crise humanitária, agravada nos últimos meses, e reiterou a condenação de Portugal ao Governo israelita quando necessário. Justificou a posição cautelosa sobre o reconhecimento do Estado da Palestina, defendendo que tal só deve ocorrer se efetivamente contribuir para mudanças concretas. Por fim, reiterou

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

que os argumentos já foram amplamente debatidos e que a posição do Governo permanece clara e conhecida.

O Deputado Paulo Muacho (L) agradeceu os esclarecimentos do MENE sobre o navio detido em portos europeus e questionou a estratégia futura do Governo para evitar casos semelhantes, especialmente no transporte de armas. Sobre Gaza, destacou o cenário dramático com mais de 45 mil mortes, 70% mulheres e crianças, e 70% das infraestruturas destruídas. Sublinhou que o Tribunal Penal Internacional já tinha apontado possíveis crimes de guerra, exigindo uma posição portuguesa mais firme. Referiu o caso do cidadão João Tomás Bossa e os seus 20 familiares alargados, questionando contatos bilaterais com o Luxemburgo. Relembrou evacuações humanitárias feitas no Afeganistão em 2021 e solicitou esclarecimentos sobre um mecanismo semelhante para palestinianos. Por fim, indagou se Portugal participará no mecanismo europeu de evacuação médica de doentes de Gaza, já apoiado por 10 países.

O MENE afirmou que a maioria das questões levantadas já tinham sido respondidas e que o Estado português tinha continuado atento aos movimentos dos navios com pavilhão nacional, intervindo sempre que necessário. Reiterou que a política de Portugal relativamente ao conflito no Médio Oriente era bem conhecida e não havia justificação para alterações, destacando a condenação das violações do direito internacional humanitário. afirmou também que o reconhecimento da Palestina era uma questão separada e não comprometeria a posição do Governo. Em relação à ajuda humanitária, sublinhou a colaboração total com a União Europeia, destacando o apoio significativo a Gaza. Por fim, assegurou a disponibilidade de Portugal para operações de assistência humanitária, respeitando sempre as regras internacionais e europeias.

O Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), assumiu a presidência da mesa.

Iniciada a segunda ronda, o Presidente da mesa concedeu a palavra ao MENE para uma intervenção inicial.

O MENE expressou solidariedade com Moçambique pelas vítimas do ciclone Chido, que devastou o norte e centro daquele país. Celebrou a eleição de Teresa Anjinho como

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

Provedora de Justiça Europeia, uma conquista rara por eleição em duas voltas, sublinhando o mérito e o papel feminino em cargos institucionais europeus. Destacou a atribuição do Prémio Sakharov a Edmundo Gonzalez e Marina Corina Machado pela luta pela liberdade. Assinalou a revisão do Estatuto da Carreira Diplomática, alcançada após 26 anos, que atualizou salários, reformou o sistema de ingresso e introduziu a figura de embaixador itinerante. Anunciou o reforço de 59 analistas consulares para acelerar a emissão de vistos em 2025. Confirmou a criação da Direção-Geral de Direito Europeu e Internacional e a reabertura da Embaixada no Vietname. Sublinhou prioridades como o ensino português no estrangeiro e a atualização salarial dos chanceleres. Referiu a candidatura ao Conselho de Segurança da ONU e o sucesso da Cimeira Luso-Espanhola, com avanços na gestão de recursos hídricos. Enalteceu a Aliança das Civilizações em Cascais e mencionou visitas ao Brasil, Cabo Verde, Índia, e ao G20 como parte de uma agenda internacional intensa.

O Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD) assumiu a presidência da mesa.

O Deputado Paulo Pisco (PS) questionou o MENE sobre a atualização salarial das chefias intermédias nos serviços periféricos externos para 2025 e a resolução da situação dos funcionários consulares no Brasil, nomeadamente a transição para remuneração em euros. Solicitou ainda esclarecimentos sobre a estratégia do Governo relativamente à Venezuela, abordando a proteção da comunidade portuguesa e as diligências para a libertação de cidadãos detidos, como William Dávila e Perkins Rocha. Questionou o impacto dos contactos diplomáticos com países como o Brasil e a Colômbia nesse contexto. Criticou os custos e a falta de transparência dos cursos para dirigentes associativos da diáspora, solicitando informações sobre participantes, financiamento e objetivos das iniciativas. O Deputado Gilberto Anjos (PS) destacou a importância dos conflitos no Médio Oriente e da guerra na Europa, questionando a dependência de fornecedores externos, nomeadamente dos EUA, e a sua implicação na soberania estratégica. Defendeu o reforço da indústria de defesa nacional e europeia, promovendo sistemas europeus mais acessíveis e ajustados às necessidades do país. Questionou a ausência de programas de coprodução e fundos europeus para reduzir custos, criar empregos especializados e desenvolver capacidades tecnológicas nacionais. Solicitou, por fim, ao Governo uma visão estratégica clara para alinhar a modernização das Forças Armadas com o fortalecimento da indústria nacional.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

O MENE abordou questões relacionadas com a defesa nacional e europeia, destacando um investimento de 52 milhões de euros no Fundo Internacional para a Ucrânia, dentro de um total de 220 milhões destinados ao apoio direto, com garantia de compras de material de defesa português. Mencionou a possibilidade de criação de "Defense Bonds" e de exceções às regras do défice para financiar a indústria de defesa, com um fundo europeu de 500 mil milhões de euros em perspetiva. Reforçou a importância da relação com os EUA na área da defesa e segurança e sublinhou que, em 2025, o Governo iria corrigir as injustiças nos serviços periféricos, conforme previsto no Orçamento. O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), José Cesário, destacou a importância da valorização das carreiras, incluindo diplomatas e funcionários dos serviços externos, mencionando o trabalho contínuo para dar respostas justas e indispensáveis. Relativamente à Venezuela, afirmou que o Governo mantém um acompanhamento próximo das detenções, incluindo a de cidadãos políticos, com 7 detenções, duas já resolvidas, e destacou o caso de Williams Dávila Barrios, ex-governador do Estado de Mérida. Quanto ao associativismo, o SECP defendeu as ações dirigidas aos dirigentes, informando que o atual Governo investe em formação de 600 a 700 dirigentes associativos para fortalecer as associações.

O Deputado Paulo Neves (PSD) expressou o apoio do Grupo Parlamentar do PSD ao trabalho do Governo nas questões de política externa, destacando o perfil responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros, especialmente nas relações transatlânticas, no conflito Ucrânia-Rússia, no equilíbrio nas posições sobre Israel-Palestina e nas relações com a China. Elogiou ainda o acompanhamento do Governo português em temas como a Venezuela e Moçambique, destacando a importância da comunidade portuguesa nesses países. Reforçou a relevância da revisão do Estatuto da Carreira e do aumento de 50 funcionários no Ministério. Por fim, manifestou apoio à estratégia de Portugal no Acordo Mercosul, enfatizando o entusiasmo do país nesse acordo internacional.

O MENE abordou a situação em Moçambique, sublinhando a preocupação com o impacto do ciclone Chido e a disponibilidade de Portugal para prestar apoio, caso necessário, através de instrumentos de intervenção rápida. Mencionou ainda a complexidade da situação política, com repressão por parte das autoridades, e o compromisso de Portugal em atuar pela CPLP para mediar o diálogo entre as forças políticas. Relativamente ao Acordo Mercosul, destacou a posição de Portugal, essencial para contrariar o protecionismo global, e reforçou a importância estratégica deste acordo. Em relação à política migratória, esclareceu que, além

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.ª SL

dos 50 novos funcionários, haverá um reforço de 170 em várias áreas, e destacou o esforço do Governo em promover a imigração legal, com a AIMA também a contratar mais de 60 pessoas por forma a agilizar processos.

O Deputado Ricardo Dias Pinto (CH) abordou três temas principais. Primeiro, criticou a parcialidade do Tribunal Penal Internacional, questionando a submissão de Portugal à sua diplomacia, especialmente no caso de Benjamin Netanyahu e Yoav Gallant. Em seguida, referiu as alegações sobre a UNRWA e a sua ligação ao Hamas, defendendo que Portugal deveria suspender a sua colaboração com a organização. Por fim, condenou o Instituto Camões por usar as aulas de português para promover ideologia de género, exigindo a sua neutralidade no ensino da língua. O Deputado Manuel Magno (CH) lembrou que, em 2018, foi assinado um acordo entre Portugal e o Estado de São Paulo para a criação de uma escola portuguesa, uma demanda da comunidade luso-brasileira. Criticou a inação do Governo, destacando que, seis anos depois, as obras nem sequer tinham começado prejudicando a imagem de Portugal junto da diáspora e das autoridades brasileiras. Apontou ainda que, apesar de uma solução provisória ter sido anunciada, a escola nunca foi inaugurada. Solicitou ao MENE uma garantia de que, em 2025, teriam início as obras na escola.

O MENE esclareceu que a responsabilidade pelas escolas portuguesas não recai sobre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas sim sobre o Ministério da Educação. Mencionou que o Governo estaria a avaliar a situação da Escola Popular de São Paulo, herdada do Governo anterior, e garantiu que o Ministério dos Negócios Estrangeiros colaboraria com o Ministério da Educação para resolver a questão. Relativamente ao Tribunal Penal Internacional (TPI), reafirmou que Portugal cumpriria as obrigações do Estatuto de Roma, mas sublinhou que o Governo não podia interferir na execução das sentenças, sendo da responsabilidade da Procuradoria-Geral da República e dos juízes. Quanto ao apoio à UNRWA, destacou que, apesar de críticas, a organização é a única capaz de fornecer ajuda humanitária em Gaza, e o Governo reforçará esse apoio com mais de 650 mil euros. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC), Nuno Sampaio, destacou a importância do ensino de português no estrangeiro, sublinhando o trabalho notável dos professores da rede de ensino da língua portuguesa. Em relação à questão concreta, esclareceu que a utilização do livro mencionado foi uma iniciativa pontual da professora responsável, e que esse livro não faz parte das listas da biblioteca do plano de incentivo à leitura do Instituto Camões. Garantiu que o compromisso do Instituto Camões é

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

total com a sua missão educativa, e informou que o encarregado de educação autor do artigo foi esclarecido pela coordenação no Reino Unido, esclarecendo que a aluna em questão não participou das aulas em causa.

O Deputado Rodrigo Saraiva (IL) questionou o Governo sobre a aplicação do projeto de resolução aprovado pela Assembleia da República, que recomenda designar a Guarda Revolucionária Iraniana como organização terrorista, destacando a posição dos partidos. Em seguida, focou-se na situação em Moçambique, mencionando as denúncias de fraude eleitoral, com 300 mil zimbabuanos a votar ilegalmente, e as 130 vítimas mortais, sublinhando a necessidade de prudência no reconhecimento dos resultados pelo Governo. Perguntou ainda sobre a preparação do Governo para uma possível escalada de violência em Moçambique e planos de evacuação da comunidade portuguesa. Por fim, questionou as declarações do embaixador português na Venezuela, pedindo esclarecimentos sobre se estas foram orientações governamentais. Também congratulou a recente entrega do prémio Sakharov no Parlamento Europeu a Edmundo Gonzalez e Marina Corina Machado.

O MENE abordou a recomendação da Assembleia da República sobre a designação da Guarda Revolucionária Iraniana como organização terrorista, afirmando que o Governo tomaria em consideração as decisões da União Europeia. Relativamente a Moçambique, destacou a complexidade da situação, mencionando que o número de mortos já ultrapassava os 130, e sublinhou a necessidade de prudência nas ações do Governo, dada a presença significativa das comunidades portuguesas e empresas no país. Em relação à Venezuela, defendeu o embaixador, considerando que as suas declarações foram mal interpretadas, e elogiou a sua atuação diplomática, que, apesar de uma frase infeliz, tem sido de grande valor. Finalmente, frisou o papel da CPLP em Moçambique, dada a história colonial portuguesa e a delicada situação política do país.

O Deputado Rodrigo Saraiva (IL) fez uma interpelação à mesa para agradecer ao MENE a informação sobre a atuação do Embaixador de Portugal na Venezuela, destacando a importância de reconhecer boas práticas.

A Deputada Marisa Matias (BE) agradeceu os esclarecimentos do MENE e abordou a questão das eleições em Moçambique, defendendo que o Governo português não deveria reconhecer os resultados eleitorais devido às irregularidades apontadas nos relatórios da

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

União Europeia e da CPLP. Em seguida, falou sobre a situação na Síria, elogiando a queda do regime de Bashar al-Assad, e questionou sobre os refugiados sírios em Portugal. Apesar de o MENE ter garantido a conclusão dos processos de reinstalação, a Deputada apontou uma discrepância com as declarações do Senhor Ministro Leitão Amaro, que pediu a suspensão do Estatuto de Proteção Temporária.

O MENE tentou esclarecer a suposta discrepância nas declarações sobre o Estatuto de Proteção Temporária para refugiados sírios. Explicou que a suspensão não afeta aqueles que já beneficiam da proteção, mas sim os futuros pedidos, com a ideia de que, após a queda do regime de Bashar al-Assad, poderiam não existir mais razões para conceder asilo. Destacou que a questão da suspensão da proteção para futuros pedidos deveria ser coordenada a nível europeu, dada a diferença de abordagens entre os países, o que poderia gerar tensões.

A Deputada Marisa Matias (BE) questionou sobre a posição do Senhor Primeiro-Ministro, destacando que este foi claro em afirmar que, além dos processos já concluídos, os processos em curso também seriam mantidos. Entendeu que a referência do Senhor Primeiro-Ministro era sobre os processos ainda em aberto e não sobre futuros pedidos, procurando assim esclarecer a diferença em relação às ações de outros países da União Europeia, que estariam a suspender processos em andamento, o que não foi indicado como prática em Portugal.

O MENE explicou que existem três situações distintas: cidadãos que já gozam de proteção, processos pendentes e futuros pedidos de proteção. Destacou que a grande preocupação dos países é com os novos pedidos, dado o cenário incerto na Síria. Os países estão a posicionar-se com base na possibilidade de retorno dos sírios ou de uma nova vaga de refugiados. Em Portugal, há 1.344 cidadãos sírios com proteção temporária, e os processos em curso ainda não foram suspensos. Informou que o Governo português defende uma posição coordenada a nível europeu. Concluiu, referindo que, para já, não tinha havido intenção de alterar o estatuto dos que já possuem proteção.

A Deputada Paula Santos (PCP) abordou vários temas, começando pela situação internacional, com destaque para a Síria, referindo os riscos de destruição do Estado secular sírio, a crescente ação de grupos terroristas, e a ocupação e bombardeamentos por Israel.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.ª SL

Em seguida, questionou o MENE sobre a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre o Saara Ocidental, frisando a necessidade de cumprimento dessa decisão e a soberania do povo sarauí. Relativamente às comunidades portuguesas, questionou sobre o alargamento do ensino de português no estrangeiro em 2025 e o reforço da rede consular, alertando para a carência de cerca de 500 trabalhadores nos consulados, o que impacta o atendimento à comunidade.

O MENE iniciou a sua intervenção criticando a falta de condenação da Deputada Paula Santos (PCP) relativamente ao regime de Bashar al-Assad na Síria, sublinhando a barbárie deste regime e comparando-o aos mais cruéis da história. Referiu a incerteza sobre as forças que controlam o território sírio, que não têm poder territorial. Destacou que a União Europeia defende um novo regime inclusivo, que respeite as minorias e os direitos das mulheres, alertando para o risco de retrocesso nos direitos das mulheres. Também expressou preocupação com as armas químicas que poderiam cair em mãos erradas. Relativamente à decisão do Tribunal de Justiça, afirmou que Portugal cumpriria a decisão, mas procuraria manter uma relação privilegiada com Marrocos. Por fim, abordou a falta de funcionários consulares, referindo que, dos 500 necessários, ainda faltam 280. O SECP abordou a questão do ensino português no estrangeiro, salientando que, após a preparação para o ano letivo, houve um aumento de mais de 2.500 alunos em comparação com o ano anterior. Reconheceu as dificuldades e a falta de oferta de cursos em algumas áreas, como no Golfo, Dubai, Abu Dhabi, Dinamarca, Noruega, Suécia e Reino Unido, e indicou que está a ser trabalhada uma reformulação da rede de ensino. Garantiu que as reformas respeitarão os direitos dos professores e atenderão aos interesses dos jovens e das comunidades. Referiu também que, no que respeita aos consulados, o maior problema era a organização, mencionando a alteração do modelo de agendamento, agora híbrido. Afirmou que, até ao final do ano civil, a rede consular alcançaria os melhores resultados de sempre, com uma receita estimada de cerca de 20 milhões de euros, superando os valores de 2019.

O Deputado Paulo Muacho (L) questionou sobre possíveis soluções de evacuação humanitária para os cidadãos da Palestina, semelhantes às aplicadas ao Afeganistão, e sobre a articulação do Governo a respeito da UNRWA, saudando a contribuição de Portugal para esta organização. Relativamente à Síria, criticou a suspensão prematura dos programas de acolhimento de refugiados e questionou a posição de Portugal em relação ao Governo provisório sírio e à responsabilização de Bashar al-Assad pelas atrocidades cometidas. Em

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.^a SL

relação aos ataques aéreos israelitas na Síria, solicitou o posicionamento do Governo. Sobre a guerra na Ucrânia, pediu um balanço das sanções aplicadas à Rússia e a posição portuguesa relativamente a uma missão de paz. Por último, questionou sobre a subcontratação de empresas para a emissão de vistos e o controlo dos agendamentos em consulados, solicitando a disponibilização dos contratos e informações claras sobre o processo.

O MENE abordou a situação na Síria, destacando que o Governo português defende um Estado sírio democrático, que respeite os direitos das minorias e permita a reconstrução, para que os refugiados possam regressar ao país. Referiu que, apesar da situação imprevisível no terreno, Portugal continuaria a apoiar os esforços da União Europeia para o diálogo com o governo sírio e a criação de condições para o restabelecimento da ordem e direitos humanos no país. Em relação à UNRWA, defendeu que o Governo confia no trabalho da organização, e censurou as críticas de alguns partidos à sua atuação, afirmando que a política externa é competência do Executivo. Sobre a Palestina, foi mencionado que não há planos para replicar a evacuação humanitária do Afeganistão, mas que, caso a União Europeia avance com um programa, Portugal estaria disponível para avaliá-lo. No caso da Ucrânia, destacou o reforço do apoio militar e humanitário, particularmente na área da defesa antiaérea, devido à destruição das infraestruturas elétricas no país. Finalmente, abordou as questões dos consulados, explicando que as colaborações com empresas privadas são comuns em muitos países, e que, embora haja desafios com fraudes e açambarcamentos de agendamentos, o Governo estaria a implementar soluções como a utilização de dados biométricos para combater esses problemas.

Iniciada a terceira ronda, foi dada a palavra ao Deputado João Paulo Rebelo (PS) que destacou a ausência de respostas claras do MENE sobre questões relacionadas com os cidadãos portugueses em Gaza, nomeadamente sobre a possibilidade de repatriar o sogro e a situação da esposa de um cidadão português com nacionalidade luxemburguesa. Questionou também a discrepância no número de cidadãos com ligações a Portugal, mencionando que o MENE sugeriu que eram apenas 20, contrariando os alegados 140. Relembrou ainda que a posição do Governo português em relação à Palestina não era muito distante da do Governo anterior, citando o reconhecimento do Estado da Palestina por países como Espanha, Irlanda, Eslovénia e Noruega. Por fim, referiu os resultados positivos do Instituto Camões, que refletiam os últimos oito anos de ação do Governo socialista.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.ª SL

O Deputado Francisco Pimentel (PSD) questionou o MENE sobre a situação salarial dos trabalhadores portugueses na base norte-americana das Lajes. Destacou que a tabela remuneratória desses trabalhadores está abaixo do salário mínimo nacional e regional, o que considera uma situação injusta e ilegal, uma vez que não é cumprida a legislação nacional e regional. Referiu que os aumentos salariais anuais são baseados na média dos aumentos da função pública em Portugal e nos EUA, mas com percentagens inferiores às dos aumentos do salário mínimo. Perguntou se o Ministério dos Negócios Estrangeiros estaria ciente da situação e se havia a expectativa de que fosse resolvida, considerando que, com o aumento do salário mínimo em 2025, os trabalhadores teriam salários abaixo desses valores.

O Deputado Paulo Pisco (PS) levantou duas questões. Primeiramente questionou a estratégia do Governo relativamente à colocação de adidos sociais nas missões diplomáticas e consulares, referindo que parecem estar a ser retirados de cidades como Paris, Berlim e Londres, o que considera prejudicial para as comunidades portuguesas, uma vez que os adidos têm um papel importante. A segunda questão incidiu sobre a certificação para o acesso de jovens imigrantes ou descendentes de portugueses ao ensino superior em Portugal. Sugeriu a utilização do Instituto Camões para certificar as provas, evitando exames difíceis em Portugal, e sublinhou que tal medida poderia reforçar a ligação entre Portugal e as suas comunidades.

O MENE respondeu conjuntamente às questões colocadas, abordando a sugestão do Deputado Paulo Pisco, referindo que se trata de uma questão do Ministério da Educação, mas que as sugestões são sempre positivas. Em seguida, esclareceu que não existe qualquer plano para a retirada de adidos sociais nas missões diplomáticas, destacando que a política migratória do Governo favorece a presença desses adidos sociais. Relativamente à Base das Lajes, informou que os Estados Unidos da América estão a cobrir a diferença salarial dos trabalhadores portugueses, com um suplemento salarial justo, incluindo uma compensação por antiguidade. Quanto à situação dos cidadãos portugueses em Gaza, reiterou que não existem 140 portugueses elegíveis para apoio, como referido anteriormente. Sobre a questão da nacionalidade luxemburguesa, desconsiderou-a, afirmando que se trata de uma decisão pessoal. No que diz respeito à Palestina, negou qualquer intenção ou preparação por parte do Governo anterior para o reconhecimento do Estado Palestino, explicando que Portugal continua a participar numa plataforma de diálogo com outros países,

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.ª SL

mas sem avançar para um reconhecimento formal. Ressaltou que cada país tem a sua política e deve ser respeitado.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada pelas 20:07 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) e [registo vídeo](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2024.

O PRESIDENTE



(Sérgio Sousa Pinto)

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 33/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Paula De Medeiros (PSD)
Paulo Edson Cunha (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Regina Bastos (PSD)
Gilberto Anjos (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Paulo Pisco (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
José Dias Fernandes (CH)
Manuel Magno (CH)
Ricardo Dias Pinto (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Marisa Matias (BE)
Paula Santos (PCP)
Paulo Muacho (L)
Francisco Pimentel (PSD)
Hugo Patrício Oliveira (PSD)
Liliana Reis (PSD)
Henrique Rocha De Freitas (CH)
Inês De Sousa Real (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Paulo Nuncio (CDS-PP)